

JANEIRO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

A zona do euro registrou crescimento de 2,5% do PIB em 2017, conforme a agência Eurostat. Foi a maior expansão em uma década, depois do PIB do quarto trimestre ter avançado 0,6%, sobre o trimestre anterior, conforme era o esperado.

O maior país da região, a Alemanha, teve crescimento de 2,2% no ano, a maior taxa em seis anos. E o maior país do continente, a Rússia, teve crescimento de 1,5%, quando a expectativa era de 2%.

A taxa de inflação, por sua vez, depois de ter evoluído 1,4% em dezembro, voltou a desacelerar em janeiro, mês em que os preços ao consumidor subiram 1,3% em relação ao ano anterior.

Em sua primeira reunião de 2018, o Banco central Europeu decidiu manter sua política de afrouxamento monetário em que a taxa básica de juros é de 0% e a taxa de depósitos -0,4%.

EUA

Conforme estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no quarto trimestre de 2017 subiu à taxa anual de 2,6%. Dessa forma, a economia dos EUA cresceu 2,3% em todo o ano, com os gastos dos consumidores subindo no último trimestre no ritmo mais forte desde o quarto trimestre de 2014.

O mercado de trabalho, voltou a mostrar muita força em janeiro. Foram criadas 200 mil vagas de trabalho não agrícola, quando a expectativa era de 160 mil. A taxa de desemprego, que era de 4,1% em dezembro, permaneceu nesse patamar.

E em sua primeira reunião do ano e última sob a presidência de Janet Yellen, o FED manteve a taxa de juros na faixa entre 1,25% e 1,50%, mas alertou que a inflação deverá subir em 2018.

ÁSIA

Na China, o crescimento econômico do quarto trimestre de 2017 superou as expectativas, ao registrar a marca de 6,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. No ano como um todo o avanço foi de 6,9%, quando a meta era de uma evolução do PIB de 6,5%.

No Japão, o banco central manteve inalterada a política monetária, em sua reunião de janeiro e fez uma avaliação otimista sobre as expectativas com a inflação.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,40% a.a. no final de dezembro, terminaram janeiro com um rendimento de 2,72% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,51% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua

vez, fecharam o mês de janeiro com rendimento de 0,69%. Paralelamente, no mês, o dólar se desvalorizou 3,31% perante o euro e 3,46% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em janeiro bons resultados, em sua maioria. Enquanto a bolsa alemã (Dax) subiu 2,10% no mês, a inglesa caiu (FTSE 100) 2,01%. Já a do Japão (Nikkei 225) subiu 1,46%, enquanto a americana avançou (S&P 500) 5,62%, estabelecendo novos recordes.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de janeiro 3,21%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

Conforme o IBGE, a economia brasileira acelerou o ritmo e cresceu 0,49% em novembro, marcando o terceiro mês seguido de expansão da atividade. Em outubro o crescimento de 0,29% foi revisado para 0,37%.

Já a taxa de desemprego, que era de 12% no trimestre encerrado em novembro, recuou para 11,8% no trimestre encerrado em dezembro, com 12,3 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.154,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou déficit primário de R\$ 32,3 bilhões em dezembro. Em 2017 o déficit primário foi de R\$ 110,6 bilhões, abaixo da meta de R\$ 163,1 bilhões. Fato que não justifica qualquer comemoração.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 400,8 bilhões (6,11% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 511,4 bilhões (7,80% do PIB).

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em dezembro R\$ 4,85 trilhões (74% do PIB).

Com as incertezas sobre a reforma da Previdência e a política, a agência S&P reduziu a nota de crédito soberano do país para BB-, com perspectiva estável.

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em janeiro 0,29%, abaixo do esperado por conta dos menores preços da energia elétrica.

Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,86%, indo mais abaixo do piso da meta que é 3%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,23% em janeiro e acumulou alta de 1,87% em doze meses.

JUROS

Na reunião realizada já no início de dezembro, o Copom, por unanimidade, decidiu reduzir a taxa Selic de 7,50% para 7% aa, a décima redução da taxa seguida. No comunicado após a reunião, o comitê afirmou que a continuidade da queda dependerá do cenário na época.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de janeiro cotada em R\$ 3,1624, com uma desvalorização de 4,40% no mês. Em dezembro, as transações correntes, apresentaram déficit de US\$ 4,3 bilhões, acumulando em 2017 saldo negativo de US\$ 9,8 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 3,4 bilhões no mês, acumulando US\$ 70,3 bilhões no ano. As reservas internacionais terminaram dezembro em US\$ 374 bilhões e a dívida externa bruta em US\$ 309,5 bilhões.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em janeiro de 2018 um superávit de US\$ 2,76 bilhões, o segundo melhor para o mês da série histórica.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de janeiro acabou sendo o do IDkA 20 (IPCA) com alta de 8,56%, seguido do IMA-B 5+ com 4,95% e do IMA-B Total com alta de 3,40%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a alta no mês foi de 11,14%, acumulando em doze meses um avanço de 30,97%. O índice encerrou janeiro em 84.913 pontos. Cabe destacar o ingresso líquido de capital estrangeiro no mês que foi de R\$ 9,5 bilhões.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Depois dos fortes dados relativos ao mercado de trabalho em janeiro, as bolsas de valores apresentaram fortes quedas, principalmente nos EUA e no Japão, devolvendo parte dos significativos ganhos obtidos nas últimas semanas. É possível que esse movimento se acentue, na medida em que a atividade econômica estimule cada vez mais a expectativa de alta nos juros americanos, em ritmo mais intenso do que os mercados supunham. O fato é que com a redução dos impostos nos EUA, o crescimento global será impulsionado gerando a alta generalizada de preços e salários, em um momento de juros extremamente baixos nos países desenvolvidos.

MERCADO NACIONAL

No mercado local, depois que o Copom reduziu a taxa Selic para 6,75% logo no início de fevereiro e indicou ter sido a última queda da taxa, o mercado financeiro estará atento aos movimentos dos mercados

internacionais, principalmente no que se refere à política monetária norte-americana e ao apetite por risco dos investidores.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, por conta dos ganhos já obtidos com os investimentos em fundos e títulos de prazo mais longo e com as dificuldades na continuação da aprovação das reformas econômicas e agora com a possível interrupção da queda da taxa Selic, continuamos a recomendar uma exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total em 15%. Consideramos de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDKA 2A e IRF-M Total) a nossa recomendação é de uma exposição de 15%. Já para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's a alocação sugerida é de 30%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passa a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, mesmo com as quedas recentes das bolsas, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da crescente melhoria das expectativas com a atividade econômica no próximo ano, que deverá refletir em um melhor comportamento dos lucros das empresas. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
Renda Fixa	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture)	15%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	15%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	30%
Renda Variável	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%